

ANEXO II

PONTOS PARA SORTEIO DA PROVA DE TRIBUNA

PONTO 001	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E RESERVA LEGAL: FUNDAMENTOS, DESDOBRAMENTOS E LIMITES.
PONTO 002	GARANTISMO PENAL: O MODELO DE LUIGI FERRAJOLI E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.
PONTO 003	INTERPRETAÇÃO DA NORMA PENAL: ANALOGIA E INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.
PONTO 004	NORMA PENAL EM BRANCO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E O PROBLEMA DA RETROATIVIDADE BENÉFICA DO COMPLEMENTO.
PONTO 005	CONFLITO APARENTE DE NORMAS: PRINCÍPIOS DA ESPECIALIDADE, SUBSIDIARIEDADE, CONSUNÇÃO E ALTERNATIVIDADE.
PONTO 006	LEI PENAL NO TEMPO: <i>ABOLITIO CRIMINIS</i> , <i>NOVATIO LEGIS IN MELLIUS</i> E A ULTRATIVIDADE DA LEI TEMPORÁRIA.
PONTO 007	LEI PENAL NO ESPAÇO: TERRITORIALIDADE, EXTRATERRITORIALIDADE E A EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA.
PONTO 008	IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS E PARLAMENTARES: NATUREZA JURÍDICA E REFLEXOS NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.
PONTO 009	CONTAGEM DE PRAZOS EM DIREITO PENAL VS. PROCESSO PENAL E FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA.
PONTO 010	O PARADIGMA CONSTITUCIONAL DO DIREITO PENAL: PROIBIÇÃO DE EXCESSO E DE PROTEÇÃO INSUFICIENTE.
PONTO 011	CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME: EVOLUÇÃO HISTÓRICA.
PONTO 012	TEORIA DA AÇÃO E DA CONDUTA: CAUSAS QUE EXCLUEM A AÇÃO.
PONTO 013	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE: TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES E CONCAUSAS SUPERVENIENTES.

PONTO 014	TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA: ROXIN VS. JAKOBS (CRIAÇÃO DE RISCO E ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA NORMA).
PONTO 015	TIPO PENAL: ELEMENTOS OBJETIVOS, SUBJETIVOS E NORMATIVOS. TIPOS ABERTOS E FECHADOS.
PONTO 016	TEORIA DA CONGRUÊNCIA E ATIPICIDADE.
PONTO 017	DOLO: TEORIAS E ESPÉCIES.
PONTO 018	CULPA: ELEMENTOS, MODALIDADES E ESPÉCIES. DISTINÇÃO ENTRE CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL.
PONTO 019	CRIME CULPOSO: PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO OBJETIVO.
PONTO 020	PRETERDOLO E CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO: RESPONSABILIDADE PENAL E NEXO.
PONTO 021	CRIME OMISSIVO PRÓPRIO E IMPRÓPRIO (A FIGURA DO GARANTE).
PONTO 022	<i>ITER CRIMINIS</i> : ATOS PREPARATÓRIOS, EXECUTÓRIOS E CONSUMAÇÃO.
PONTO 023	TENTATIVA: NATUREZA JURÍDICA, TEORIAS E CRITÉRIO DE REDUÇÃO DA PENA.
PONTO 024	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ: NATUREZA JURÍDICA E A "PONTE DE OURO".
PONTO 025	ARREPENDIMENTO POSTERIOR: REQUISITOS E REPARAÇÃO DO DANO.
PONTO 026	CRIME IMPOSSÍVEL E DELITO PUTATIVO: TEORIAS E TRATAMENTO LEGAL.
PONTO 027	ESTADO DE NECESSIDADE: REQUISITOS, TEORIAS E O PERIGO CAUSADO POR TERCEIRO.

PONTO 028	LEGÍTIMA DEFESA: REQUISITOS, A QUESTÃO DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA (STF) E O EXCESSO.
PONTO 029	ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.
PONTO 030	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: NATUREZA JURÍDICA E BENS DISPONÍVEIS.
PONTO 031	TEORIA DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: CRITÉRIOS DO STF.
PONTO 032	CULPABILIDADE: ELEMENTOS, TEORIAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.
PONTO 033	IMPUTABILIDADE PENAL: CRITÉRIOS BIOPSICOLÓGICOS E A SEMI-IMPUTABILIDADE.
PONTO 034	<i>ACTIO LIBERA IN CAUSA</i> : EMBRIAGUEZ PREORDENADA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA PENAL.
PONTO 035	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: TEORIA LIMITADA VS. EXTREMA DA CULPABILIDADE.
PONTO 036	ERRO DE TIPO (ESSENCIAL E ACIDENTAL): ERRO SOBRE A PESSOA E <i>ABERRATIO ICTUS</i> .
PONTO 037	ERRO DE PROIBIÇÃO: DIRETO E INDIRETO (DESCRIMINANTE PUTATIVA).
PONTO 038	ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO.
PONTO 039	COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA.
PONTO 040	INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO CAUSA SUPRALEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.
PONTO 041	CONCURSO DE AGENTES: TEORIAS, REQUISITOS E NATUREZA JURÍDICA.

PONTO 042	AUTORIA E PARTICIPAÇÃO: TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO VS. CRITÉRIO OBJETIVO-FORMAL.
PONTO 043	AUTORIA MEDIATA E AUTORIA COLATERAL.
PONTO 044	COMUNICABILIDADE DE CIRCUNSTÂNCIAS E ELEMENTARES.
PONTO 045	DELAÇÃO PREMIADA E COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA.
PONTO 046	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: REGIMES E DETRAÇÃO PENAL.
PONTO 047	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: REQUISITOS, ESPÉCIES E CONVERSÃO.
PONTO 048	PENA DE MULTA: FIXAÇÃO, EXECUÇÃO E INADIMPLEMENTO.
PONTO 049	DOSIMETRIA DA PENA: CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP.
PONTO 050	AGRAVANTES E ATENUANTES: CONCURSO DE CIRCUNSTÂNCIAS, PREPONDERÂNCIA E REINCIDÊNCIA.
PONTO 051	CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA E FRAÇÕES DE APLICAÇÃO.
PONTO 052	CONCURSO MATERIAL, CONCURSO FORMAL E CRIME CONTINUADO.
PONTO 053	MEDIDAS DE SEGURANÇA: NATUREZA JURÍDICA, PRESSUPOSTOS E REFORMA ANTIMANICOMIAL.
PONTO 054	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE: CAUSAS, EFEITOS E NATUREZA DA SENTENÇA.
PONTO 055	PRESCRIÇÃO PENAL: ESPÉCIES, MARCOS INTERRUPTIVOS E SUSPENSIVOS.

PONTO 056	PRESCRIÇÃO RETROATIVA E INTERCORRENTE: CÁLCULO E JURISPRUDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA NO STF.
PONTO 057	PERDÃO JUDICIAL: NATUREZA JURÍDICA E HIPÓTESES.
PONTO 058	AÇÃO PENAL: ESPÉCIES, PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE.
PONTO 059	LIVRAMENTO CONDICIONAL: REQUISITOS E CAUSAS DE REVOGAÇÃO.
PONTO 060	HOMICÍDIO: QUALIFICADORAS, PRIVILÉGIO E FEMINICÍDIO.
PONTO 061	CRIMES CONTRA A HONRA: CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA.
PONTO 062	FURTO: QUALIFICADORAS E O REPOUSO NOTURNO. ROUBO: DISTINÇÕES, MAJORANTES E O LATROCÍNIO.
PONTO 063	ESTELIONATO: REQUISITOS E ALTERAÇÃO NA NATUREZA DA AÇÃO PENAL.
PONTO 064	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL: ESTUPRO DE VULNERÁVEL E A RELATIVIZAÇÃO DO CONSENTIMENTO.
PONTO 065	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA: FALSIDADE IDEOLÓGICA E DOCUMENTAL.
PONTO 066	CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.
PONTO 067	CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA: DISTINÇÕES E CONSUMAÇÃO.
PONTO 068	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA E FALSO TESTEMUNHO.
PONTO 069	CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

PONTO 070	CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: ABOLIÇÃO VIOLENTA E ATENTADO À SOBERANIA.
PONTO 071	CRIMES HEDIONDOS: ROL TAXATIVO, REGIME JURÍDICO E PROGRESSÃO DE REGIME.
PONTO 072	LEI DE DROGAS: POSSE PARA CONSUMO E DESPENALIZAÇÃO.
PONTO 073	TRÁFICO DE DROGAS: O PRIVILÉGIO E TRÁFICO TRANSNACIONAL.
PONTO 074	LEI MARIA DA PENHA: FORMAS DE VIOLÊNCIA E CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS.
PONTO 075	ABUSO DE AUTORIDADE: DOLO ESPECÍFICO E SUJEITOS ATIVOS.
PONTO 076	ESTATUTO DO DESARMAMENTO: POSSE E PORTE DE ARMA DE FOGO.
PONTO 077	ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: CONCEITO E TIPOS PENAIS.
PONTO 078	COLABORAÇÃO PREMIADA: ASPECTOS MATERIAIS E O PACOTE ANTICRIME.
PONTO 079	LAVAGEM DE DINHEIRO: AS TRÊS GERAÇÕES DE LEIS DE LAVAGEM.
PONTO 080	CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO: AUTOLAVAGEM E A AÇÃO PENAL 470/STF E GERAÇÕES DAS LEIS DE LAVAGEM.
PONTO 081	CRIMES AMBIENTAIS: RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA.
PONTO 082	INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO: CONCEITO, CRITÉRIOS MATERIAIS E EFEITOS DA COMPOSIÇÃO CIVIL DOS DANOS.
PONTO 083	CRIMES DE TRÂNSITO: EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E HOMICÍDIO CULPOSO.

PONTO 084	CRIMES NO ECA E EXPLORAÇÃO SEXUAL.
PONTO 085	LEI DE TORTURA: ESPÉCIES E OMISSÃO DA AUTORIDADE.
PONTO 086	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA: CONDUTAS TIPIFICADAS, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.
PONTO 087	CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.
PONTO 088	LEI DE EXECUÇÃO PENAL: FALTAS GRAVES E RDD.
PONTO 089	CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR E RELAÇÕES DE CONSUMO.
PONTO 090	CRIMES TRIBUTÁRIOS: SÚMULA VINCULANTE 24 DO STF.
PONTO 091	CRIMES FALIMENTARES: TIPICIDADE E PUNIBILIDADE.
PONTO 092	CRIMES DE RACISMO E A EQUIPARAÇÃO DA HOMOFOBIA.
PONTO 093	INJÚRIA RACIAL: A EQUIPARAÇÃO AO CRIME DE RACISMO.
PONTO 094	LEI ANTITERRORISMO.
PONTO 095	LEI DE TRANSPLANTES E REMOÇÃO DE ÓRGÃOS.
PONTO 096	LEI ANTICORRUPÇÃO E INTERFACES COM O DIREITO PENAL.
PONTO 097	VITIMOLOGIA: DIREITO DAS VÍTIMAS E RECOMENDAÇÃO DO CNMP.

PONTO 098	CADEIA DE CUSTÓDIA: PRESERVAÇÃO DA PROVA E SUA RELAÇÃO COM OS CRIMES DE PREVARICAÇÃO, FRAUDE PROCESSUAL E ABUSO DE AUTORIDADE.
PONTO 099	CONTRAVENÇÕES PENAIS VS CRIMES: VIGÊNCIA E ESPECIFICIDADES. CONSTITUCIONALIDADE DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.
PONTO 100	CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS E VEREADORES.
PONTO 101	O CONCEITO MATERIAL DE CRIME COMO LIMITE À ATIVIDADE LEGIFERANTE NO ÂMBITO PENAL.
PONTO 102	O CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME E O CÓDIGO PENAL.
PONTO 103	A PESSOA JURÍDICA COMO SUJEITO ATIVO DE CRIME.
PONTO 104	A CULPABILIDADE INSERIDA NO SUPRACONCEITO DE RESPONSABILIDADE.
PONTO 105	O DOLO NA CONCEPÇÃO SIGNIFICATIVA DA AÇÃO.
PONTO 106	O CRIME TRIBUTÁRIO COMO ANTECEDENTE DO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO.
PONTO 107	A RETROATIVIDADE DE MODIFICAÇÕES JURISPRUDENCIAIS <i>IN MALAM PARTEM</i> .
PONTO 108	MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E OMISSÃO DO LEGISLADOR ORDINÁRIO.
PONTO 109	TEORIA DA <i>ACTIO LIBERA IN CAUSA</i> .
PONTO 110	SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS: O SISTEMA ACUSATÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO "PACOTE ANTICRIME". O PAPEL DO JUIZ DAS GARANTIAS.
PONTO 111	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: O IMPACTO DO PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA E DO PACTO DE NOVA IORQUE NO PROCESSO PENAL. O PRINCÍPIO DO <i>FAVOR REI</i> E A PROTEÇÃO AO ACUSADO.

PONTO 112	GARANTISMO PENAL E PROCESSUAL: A APLICAÇÃO DA TEORIA DE LUIGI FERRAJOLI NO DIREITO BRASILEIRO. LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL.
PONTO 113	LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO: PRINCÍPIO DO <i>TEMPUS REGIT ACTUM</i> E AS NORMAS DE NATUREZA HÍBRIDA (HETEROTÓPICAS).
PONTO 114	IMUNIDADES PROCESSUAIS E PRERROGATIVA DE FORO: A ABRANGÊNCIA ATUAL DA PRERROGATIVA DE FORO ESPECIAL EM RAZÃO DA FUNÇÃO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STF.
PONTO 115	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INVESTIGADOR: A LEGITIMIDADE DO PODER INVESTIGATÓRIO DO MP. O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.
PONTO 116	PRINCÍPIO ACUSATÓRIO E SUJEITOS PROCESSUAIS: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE E COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. EFEITOS DA UNIDADE E INDIVISIBILIDADE INSTITUCIONAL NO PROCESSO.
PONTO 117	JUSTIÇA CONSENSUAL E AÇÃO PENAL PRIVADA: A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DE SOLUÇÕES NEGOCIADAS EM CASOS DE AÇÃO PENAL PRIVADA.
PONTO 118	O JUIZ NO PROCESSO PENAL: DEVERES JUDICIAIS, IMPARCIALIDADE E SISTEMAS DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. O JUIZ DAS GARANTIAS VS. JUIZ DA INSTRUÇÃO.
PONTO 119	ASSISTÊNCIA DE ACUSAÇÃO E DIREITOS DA VÍTIMA: O PAPEL DO ASSISTENTE E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DAS VÍTIMAS NO PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO.
PONTO 120	INQUÉRITO POLICIAL: NATUREZA JURÍDICA, CARACTERÍSTICAS E VALOR PROBATÓRIO. O SIGILO VS. A SÚMULA VINCULANTE 14 DO STF.
PONTO 121	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP): REQUISITOS, NATUREZA JURÍDICA E CONTROLE JUDICIAL. O IMPACTO DO ART. 28-A DO CPP NA DEFLAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL.
PONTO 122	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: ASPECTOS PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS DA IDENTIFICAÇÃO POR PERFIL GENÉTICO.
PONTO 123	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE E A RESOLUÇÃO 213/2015, DO CNJ. O ENFRENTAMENTO À TORTURA E MAUS-TRATOS.
PONTO 124	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: O NOVO SISTEMA DE ARQUIVAMENTO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
PONTO 125	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA: CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO E MODIFICAÇÃO. <i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i> .

PONTO 126	AÇÕES PENAIS ORIGINÁRIAS E DUPLO GRAU: O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO EM TRIBUNAIS E A COMPATIBILIZAÇÃO COM O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.
PONTO 127	CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL: CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS. JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL.
PONTO 128	AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> : NATUREZA JURÍDICA, COMPETÊNCIA E A EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA NO JUÍZO CÍVEL.
PONTO 129	QUESTÕES PREJUDICIAIS E INCIDENTES: QUESTÕES HOMOGÊNEAS E HETEROGÊNEAS. O INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO.
PONTO 130	SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA: O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO E A PROIBIÇÃO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO. ÔNUS DA PROVA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.
PONTO 131	CADEIA DE CUSTÓDIA: ETAPAS E AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS PENAIS DA SUA QUEBRA.
PONTO 132	PROVAS ILÍCITAS: TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA E SUAS EXCEÇÕES.
PONTO 133	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA: REQUISITOS E A JURISPRUDÊNCIA SOBRE SUCESSIVAS RENOVAÇÕES.
PONTO 134	ENCONTROS FORTUITOS DE PROVA: A VALIDADE DO CONHECIMENTO FORTUITO EM CONTRAPOSIÇÃO AO CONHECIMENTO DE INVESTIGAÇÃO.
PONTO 135	BUSCA E APREENSÃO DIGITAL: MODALIDADES E LIMITES NA OBTENÇÃO DE ELEMENTOS DE PROVA EM DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E NA NUVEM.
PONTO 136	SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL E O SISTEMA ANTILAVAGEM: A UTILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA DO COAF COMO MEIO DE PROVA.
PONTO 137	PROVA TESTEMUNHAL E PROTEÇÃO: A LEI 9.807/1999 E O DEPOIMENTO SEM DANO. LIMITES ÉTICOS DO INTERROGATÓRIO.
PONTO 138	PRISÃO EM FLAGRANTE: NATUREZA JURÍDICA, ESPÉCIES E CONTROLE JUDICIAL. A FIGURA DO FLAGRANTE PREPARADO VS. ESPERADO.
PONTO 139	PRISÃO PREVENTIVA: PRESSUPOSTOS, REQUISITOS E O DEVER DE REVISÃO PERIÓDICA.

PONTO 140	MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO: O BINÔMIO NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO.
PONTO 141	PRISÃO TEMPORÁRIA: REQUISITOS DA LEI Nº 7.960/89 E A NOVA INTERPRETAÇÃO DO STF.
PONTO 142	LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA: VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA E A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL NOS CRIMES HEDIONDOS E NO TRÁFICO DE DROGAS.
PONTO 143	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS: SEQUESTRO, HIPOTECA LEGAL E ARRESTO. A GESTÃO DE BENS APREENDIDOS.
PONTO 144	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO: ESTRUTURA, PRAZOS E A ORDEM DOS ATOS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.
PONTO 145	TRIBUNAL DO JÚRI. <i>JUDICIUM ACCUSATIONIS</i> . DECISÕES DE PRONÚNCIA, IMPRONÚNCIA, ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA E DESCLASSIFICAÇÃO.
PONTO 146	TRIBUNAL DO JÚRI. <i>JUDICIUM CAUSAE</i> . QUESITAÇÃO, SOBERANIA DOS VEREDICTOS E O RECURSO CONTRA A DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. A CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA.
PONTO 147	<i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i> : DISTINÇÕES, LIMITES E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO.
PONTO 148	SENTENÇA CRIMINAL: DEFINIÇÃO E ESTRUTURA. A COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL NO PROCESSO PENAL.
PONTO 149	TEORIA DAS NULIDADES: PRINCÍPIO DA <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i> . DIFERENCIAÇÃO ENTRE NULIDADE ABSOLUTA, RELATIVA E INEXISTÊNCIA.
PONTO 150	TEORIA GERAL DOS RECURSOS: PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, EFEITOS E PROIBIÇÃO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> .
PONTO 151	APELAÇÃO E RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: CABIMENTO, PROCESSAMENTO E HIPÓTESES DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO.
PONTO 152	RECURSOS DE ESTRITO DIREITO: RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO. O PREQUESTIONAMENTO E O ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

PONTO 153	<i>HABEAS CORPUS</i> E REVISÃO CRIMINAL: NATUREZA JURÍDICA, HIPÓTESES DE CABIMENTO E SEU USO COMO SUBSTITUTIVO RECURSAL.
PONTO 154	EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA: A MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA SOB A ÓTICA DA LEI ANTIMANICOMIAL E O FECHAMENTO DOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.
PONTO 155	INCIDENTES DE EXECUÇÃO PENAL: PROGRESSÃO DE REGIME, LIVRAMENTO CONDICIONAL E REMIÇÃO DE PENA. A FALTA GRAVE E SEUS EFEITOS.
PONTO 156	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: MEIOS ESPECIAIS DE OBTENÇÃO DE PROVA.
PONTO 157	JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: CRITÉRIO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.
PONTO 158	TRIBUNAL DO JÚRI: DESCLASSIFICAÇÃO PRÓPRIA E IMPRÓPRIA.
PONTO 159	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: LEI DE DROGAS E CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.
PONTO 160	A EXECUÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA E A LEI ANTIMANICOMIAL.
PONTO 161	AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS PENAIS DA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA.
PONTO 162	A IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL GENÉTICO.
PONTO 163	A NATUREZA JURIDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.
PONTO 164	MODALIDADES DE BUSCA E APREENSÃO DE ELEMENTOS DE PROVAS DIGITAIS.
PONTO 165	AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.
PONTO 166	A ABRANGÊNCIA DA PRERROGATIVA DE FORO ESPECIAL EM RAZÃO DA FUNÇÃO.

PONTO 167	A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DE SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA AÇÃO PENAL PRIVADA.
PONTO 168	OS CONHECIMENTOS FORTUITOS E OS CONHECIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO.
PONTO 169	OS RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF NO SISTEMA ANTILAVAGEM DE DINHEIRO BRASILEIRO
PONTO 170	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: A NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA.

EXAMINADORES DA PROVA DE TRIBUNA

BANCA ALFA:	BANCA BETA:
LEVY EMANUEL MAGNO CRISTIANO DE BARROS SANTOS SILVA	MIGUEL TASSINARI DE OLIVEIRA VINICIUS BRIAN ZEQUIM OKABAYASHI